

## **A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NOS PROCESSOS DE PEACEBUILDING.**

Paula Ditzel Facci, Elizabete Sanches Rocha.- Inter-áreas - Relações Internacionais - Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus Franca.

A reconstrução de países tornou-se um fenômeno recorrente a partir do período de descolonização das regiões africanas e asiáticas em fins do século XIX. As guerras de independência e as consequentes guerras civis provocaram um estado de calamidade que exigia uma atuação humanitária proveniente do exterior. A dissolução da sociedade, a confusão de fronteiras, a inexistência de governo, a perda de raízes identitárias provenientes de décadas de exploração resultaram em um desmantelamento do referencial de nação, Estado, ou qualquer outra noção que justificasse a manutenção de um acordo entre os grupos sociais existentes dentro destes territórios. A incapacidade de se resolverem estes conflitos na instância interna levou a opinião pública internacional a pressionar por uma atuação da Organização das Nações Unidas no sentido de intermediar essas guerras e buscar uma resolução pacífica para elas, desenvolvendo-se assim as operações de peacemaking e peacekeeping, comprometidas originariamente em restabelecer a ordem e manter um ambiente no qual pudessem se desenvolver as instituições de governança e garantir características mínimas de um Estado e sobrevivência para a população civil.

As intervenções proliferaram-se, com a pressão exercida pela ONU ao direito de autodeterminação dos povos, sendo realizadas em Angola, Ruanda, Somália, Iugoslávia, Haiti, entre outras. Tais intervenções sofreram, no entanto, muitas críticas, entre elas a de visarem somente conter a indignação da opinião pública internacional em seu período mais incipiente, e melhorar a imagem do Conselho de Segurança e das potências ante problemas humanitários, sendo encerrada a operação tão logo se acalmasse a situação para evitar maiores dispêndios financeiros, inexistindo, portanto, qualquer comprometimento com a questão de direitos humanos. A intervenção realizada em Timor Leste, por sua vez, é apontada como uma atuação bem sucedida, que efetivou uma verdadeira operação de peacebuilding, pois esteve presente, em cooperação com a população local, no restabelecimento de uma estrutura sólida para o desenvolvimento de um Estado pacífico e viável.

Entende-se, no entanto, que um projeto de reconstrução que não se enquadre em submissão e perpetuação dos interesses das potências deve possuir a preocupação com a questão educacional e cultural, visando um cidadão consciente de sua história e suas possibilidades. Dessa forma, para que se efetive um país autônomo é imprescindível uma política de valorização da cultura local e uma educação voltada ao desenvolvimento completo do ser humano. Para tanto, focando-se no Timor Leste, buscou-se averiguar, através de documentos oficiais da ONU e da Untaet (Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste), bem como relatos de participantes da missão e de Organizações não governamentais, adicionado à pesquisa bibliográfica e na internet, quais foram as ênfases no processo de reconstrução, se houve ou não uma preocupação em efetivar os ideais tão caros à Carta da ONU, quais sejam a autodeterminação dos povos, a tolerância entre as culturas e a paz.

Historicamente, Timor Leste possui influência de várias culturas, desde sua posição geográfica e contatos com outros povos, do que decorreu a grande quantidade de dialetos, até os períodos de dominação portuguesa e indonésia. A cultura portuguesa teve sua inserção em parte através da elite administrativa, mas efetivamente através da Igreja Católica. Quando da dominação indonésia, foi feito um esforço por parte deste governo no ensino da língua bahasa e na eliminação de elementos que representavam uma identidade timorense em favor de uma

aproximação com a Indonésia, para forjar uma unidade nacional que legitimaria o pretexto para a ocupação, segundo o qual os timorenses teriam escolhido a independência através da incorporação à Indonésia (CUNHA, 2001). Somado a isto, a proibição do ensino do tétum e do português favoreceu a indoneização, o que desmantelou parte das manifestações da cultura timorense. Do restante, grande parte do patrimônio cultural e memória institucional do Timor foi destruído pela política de “terra arrasada” promovida pelas milícias pró indonésia pós referendo. (Marcovitch, 2004, 101).

Sociedades imersas em violência, famílias divididas, identidades truncadas, necessitam de um processo de recuperação cujo desenvolvimento não pode ser guiado, mas estimulado através de projetos educacionais que visem à formação de um ser humano crítico e questionador de sua condição e inserção na realidade. É importante ressaltar, no entanto, que o resgate cultural não se faz sobre o descarte ou esquecimento das experiências e fatos do período de ocupação, mas pelo reavivamento de tradições e valores populares que foram extirpados do cenário cultural como parte da política de dominação cultural. O revigoramento de manifestações artísticas e culturais é imprescindível na conformação da identidade de novas nações emergentes, na diferenciação de seus antigos dominadores e na manutenção da história e tradições. Desempenha também papel importante junto à educação, através da característica polifônica e crítica da arte em instigar reflexões, e da cooperação, tolerância e alteridade desenvolvidos no processo de aprendizagem e construção do elemento artístico. No que tange à política educacional, esta deve ser permeada pelos paradigmas da cultura da paz como forma de promover os princípios de paz positiva, construída e mantida pelos cidadãos como seres atuantes em seu contexto, no bojo da qual é possível a cooperação entre distintos e a superação de ambientes conflitantes.

A importância desta ênfase no processo de reconstrução está no fato de que através destas iniciativas definem-se os contornos do povo timorense e se legitima sua autonomia no cenário internacional, frente a seus antigos dominadores e às tentativas de influência das potências, ao mesmo tempo em que internamente promove a multiculturalidade, e propaga a tolerância e o entendimento entre timorenses e indonésios e entre timorenses e refugiados que estão retornando ao país.

A reconstrução do Timor apresenta uma preocupação no que tange ao restabelecimento de instituições educacionais, como apontou Sérgio Vieira de Mello, quando demonstra os avanços nessa área durante o período da Untaet: “Na educação, conseguimos completar, em conjunto, o programa emergencial de reabilitação. O nível de matrículas escolares, de 240 mil alunos, ultrapassa os quase 190 mil de antes de 1999. Os timorenses do Leste pegaram seus martelos para construir cinco escolas protótipos, quatorze escolas primárias e secundárias e 65 escolas primárias melhoradas estão programadas para construção. Até mesmo uma universidade nacional está funcionando plenamente – a Universidade de Timor Leste. Ela está se tornando uma instituição que fomenta uma cultura estudantil vital, de curiosidade intelectual, educando os jovens que serão, um dia, líderes da nação. No início da missão da Untaet, penso que pouquíssimos de nós ousavam sonhar com essa possibilidade dentro de um período de tempo tão curto.” P. 118

Percebe-se, através dos relatos e da quantidade de ONGs atuantes na área da educação, que esta foi uma temática recorrente durante o processo de reconstrução, mas que o ato da educação em si deveu-se muito à iniciativa particular dos atores, da população, não existindo uma linha de pensamento e fomento das temáticas culturais e de educação para a paz. Houve empenho na reconstrução dos ambientes, no desenvolvimento de estrutura curricular técnica, mas a temática da cultura da paz não foi incisivamente tratada. Da mesma forma que o país possuía carência de profissionais qualificados para dar seguimento ao processo de afirmação e desenvolvimento nacional, carecia também da temática da cultura da paz para o desenrolar seguro da nação, uma vez que os problemas advindos de questões como intolerância ao antigo

dominador, conflito interno e não aceitação dos refugiados realocados, que encontravam-se no lado Ocidental da ilha, em território indonésio, em outras situações desencadearam problemáticas que obstaculizaram o processo de autonomia e transição tranqüila.

Dessa forma, a reconstrução do Timor demonstrou-se mais aprofundada que as anteriores, a Untaet recebendo ampla soberania do Conselho de Segurança para atuar na reconstrução do país, num grau pioneiro na história das intervenções. Ocorreram ainda incursões dos interesses das grandes potências, como no caso da tentativa de impor o inglês como língua oficial por parte dos anglo-falantes, os empecilhos que rondaram a definição do rico Mar de Timor, mas no geral foi preservada a representatividade da população. As questões educacionais e culturais, no entanto, na questão menos técnica e mais subjetiva, apresentaram uma atenção insuficiente e tardia, não sendo priorizadas as temáticas de paz e tolerância num ambiente ainda em efervescência. A ONU, através de suas agências, se esforça em propagar a cultura da paz, inaugura a Universidade da paz, promove a Agenda do Milênio, mas no ambiente no qual estas questões mais urgem, elas são deixadas em segundo plano em favor de um projeto rápido de reconstrução instado pelos interesses, ou desinteresse, das grandes potências fomentadoras da Organização. Faz-se necessário uma reavaliação dos objetivos, gastos e vantagens que se teriam na prevenção dos conflitos. É imprescindível mudar a atitude com relação à prevenção, como o descreve Sérgio Vieira de Mello: “A ação de impedir que o mal se produza não é palpável ou mensurável. O que não acontece, não se vê. Nenhum reconhecimento, portanto, quando o mal é evitado” (MELLO, 2004, p. 76). Esta transformação poderá ser passível de ser efetivada através do fomento da Cultura da Paz e da busca pelo entendimento e cooperação.

O desenvolvimento, alcançado através de iniciativas e empreendimentos da própria população, decorrente de uma política educacional emancipatória e voltada para a cultura da paz, é o instrumento mais eficiente para prevenção de conflitos e de reconstrução de paz, pois é garantindo o direito à vida, os direitos às liberdades fundamentais, os direitos sociais que asseguram a sobrevivência – que se enfrentam as tensões que levam à violência, à guerra e ao terrorismo.

### **Referências Bibliográficas:**

BANCO MUNDIAL, **Timor-Leste**. Education Since Independence: From Reconstruction to Sustainable Improvement. Report No. 29784-TP. Human Development Sector Unit East Asia and Pacific Region, Dezembro, 2004.

CORREA, Luiz Felipe Seixas, MANCINI, Luciana. **Sérgio Vieira de Mello no Timor Leste: a construção de um Estado independente**. In MARCOVITCH, Jacques (org.). **Sérgio Vieira de Mello: Pensamento e Memória**.- São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/ Editora Saraiva, 2004.

CUNHA, João Solano Carneiro da. **A questão de Timor-leste: origens e evolução**. Brasília: FUNAG/IRBr, 2001

MELLO, Sérgio Vieira de. **Apresentação à Assembléia Constituinte do Timor Leste -10 /05/02**. In MARCOVITCH, Jacques (org.). **Sérgio Vieira de Mello: Pensamento e Memória**.- São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/ Editora Saraiva, 2004.

MELLO, Sérgio Vieira. **A consciência do mundo: A ONU diante do Irracional da História**. In MARCOVITCH, Jacques (org.). **Sérgio Vieira de Mello: Pensamento e Memória**.- São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/ Editora Saraiva, 2004.